







U EL REY. Faço saber aos que este meu Alvará com força de Ley virem, que havendo sido da minha Real Intenção, que as disposições, e penas prescritas, e declaradas nos Paragrafos sexto, e setimo dos Estatutos da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, para se sentenciarem, e castigarem os descaminhos das fazendas, e os contrabandos, fossem igualmente observadas, e executadas, assim nestes Reinos, como em todos os meus Dominios Ultramarinos: Me foi representado pela mesma Junta, que nas Provedorias da Fazenda Real do Brasil, se senteciaõ os referidos delictos, pelo modo, e com as penaõ sómente, que se achavaõ determinadas antes da publicação dos sobreditos Estatutos; resultando desta desigualdade, que os Réos de hum mesmo crime sejaõ mais favorecidos, ou menos castigados no Brasil, que no Reino; porque perdendo sómente a fazenda apprehendida, ou sendo-lhes imposta a pena do tresdobro nos cazos, em que ella se incorre, não ficaõ inhabilitados para servirem officios de Justiça, ou de Fazenda, e para mais negociarem por si, ou por interposta pessoa; nem contra os mesmos Réos em a minha Real Fazenda a sua intenção fundada, como, para arrancar as raizes de tão prejudicial delicto, foi por Mim determinado nos mesmos Estatutos. E porque a minha Real Providencia, á qual tem recorrido a mesma Junta por parte dos communs interesses do Commercio, não deve permitir, que se continue o abuzo, com que até agora se tem procedido em tão importante materia: Sou servido, em confirmação, e declaração dos referidos Estatutos, e de todas as Leys, e Foraes; até agora promulgados a este mesmo respeito, ordenar o seguinte.

A Disposição do Capitulo dezafete, Paragrafo quinto dos Estatutos da Junta do Comércio, que concede a jurisdicção privativa ao Desembargador Conservador geral da mesma Junta para se sentenciar os delictos dos descaminhos dos meus Reaes Direitos, e dos Contrabandos, promovendo nas mesmas cauzas o Desembargador Procurador Fiscal, se deve entender comprehensiva de todos, e quaesquer descaminhos, e contrabandos, apprehendidos, ou denunciados, não só em Lisboa, e seu Termo, como por affectada, ou indisciplpavel ignorancia se tem algumas vezes entendido, mas também em todas, e quaesquer jurisdicções deste Reino; com a distincção sómente, de que o processo verbal, que consiste no Auto da Tomadia, e da Denuncia, será ordenado em Lisboa pelo Desembargador Conservador geral, excepto o caso de serem as apprehenções, ou denuncias feitas pelos Officiaes da Alfandega, como se determina no referido Paragrafo; e em todas as mais Cidades, e Villas, ou Lugares do Reino, serão os sobreditos processos ordenados pelos Ministros de Letras do lugar mais vizinho, e remettidos com as fazendas, e os Réos ao referido Desembargador Conservador geral da Junta, para serem

ferem sentenciados na fórma ordenada pelos Estatutos da mesma Junta, de cujo respectivo cofre, serão pagas todas as despezas, que se houverem feito com as referidas remessas, como tambem os terços aos Denunciantes.

E porque se não poderia observar a Disposição do referido Paragrafo, pelo que pertence ás denuncias, e apprehenções feitas nos meus Dominios Ultramarinos: Sou servido, que nas Provedorias da minha Real Fazenda, ou em falta, perante os Ministros de Letras do lugar mais vizinho sejaõ dadas, e recebidas as denuncias destes delictos, e nas mesmas Provedorias, ou Auditorios, se formem os processos verbaes affirma referidos, os quaes serão remettidos ao Desembargador Ouvidor geral do Crime do respectivo districto para que, como Juiz privativo, os sentencie em Relação com dous Adjuntos, procedendo em tudo na fórma ordenada nos Paragrafos sexto, e setimo dos referidos Estatutos, assim a respeito dos Réos, como das Fazendas: Bem entendido, que sómente devem ser queimadas as que forem de contrabando, quaes são as que pelas minhas Leys, e Pragmaticas estão prohibidas na sua entrada, e não as que sendo admittidas a despacho se achão descaminhadas, como declarando os mesmos Estatutos: Fui servido determinar por Alvará de vinte e seis de Outubro de mil setecentos cincoenta e sete; e que as fazendas de contrabando extrahidas dos Navios Estrangeiros, a que nos sobreditos meus Dominios Ultramarinos se houver concedido a hospitalidade, não devem ser queimadas, mas remettidas ao Juiz Conservador geral do Commercio, não obstante o que foi ordenado por Resolução de cinco de Outubro de mil setecentos e quinze.

As fazendas apprehendidas serão em todos os cazos entregues na Provedoria respectiva, a cujo cargo ficará a diligencia de mandar queimar na Praça do Commercio as que forem assim sentenciadas; e nas mesmas Provedorias se estabelecerão cofres com tres chaves diversas, nos quaes se arrecadem os productos das tomadias, que não houverem de ser queimadas, como tambem os dobros, e tresdobros das mesmas tomadias as quaes hão de ser arrematadas com assistencia do Provedor, e do seu Escrivão, sem prejuizo dos seus emolumentos; e em todos os annos ao tempo da partida da respectiva Frota, se farão exames nos mesmos cofres, dando-me os Provedores conta pela Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios das importancias, que nelles entraraõ, e de como foraõ despendidas, ou do que se acha em deposito, para Eu determinar o que for servido.

Deste cofre se pagarão as despezas necessárias, e tambem as extraordinarias, que se mandarem fazer para o fim de evitar os contrabandos; e se pagarão os terços aos Denunciantes, os quaes sempre devem ser remunerados com o referido premio, ainda que as fazendas denunciadas, e apprehendidas hajaõ de ser queimadas, ou remettidas para este Reino; a cujo fim se fará avaliação de todas as tomadias, ou fazendas sejaõ de descaminho, no qual cazo a avaliação fica servindo de governo para as arrema-

arremataçoens, ou sejaõ de contrabando, para se vir no conhecimento do terço, que pertence aos Dénunciantes, como tambem foi por Mim declarado no referido Alvará de vinte e seis de Outubro de mil setecentos cincoenta e sete.

E por quanto me foi presente, que nos cazos, em que os Réos destes delictos, sendo condemnados em penas pecuniarias, se achaõ destituidos dos meios para as satisfazerem, não ha determinação de outra alguma pena, em que sejaõ commutadas as que lhe estaõ impostas: Sou outrossim servido, que na mesma sentença condemnatoria se declare, que passados seis mezes depois da publicação da sentença, e não estando paga a condemnação, sejaõ os Réos degradados por tempo determinado, e para estes, ou aquelles lugares, a arbitrio do Desembargador Conservador geral, e dos Ministros Adjuntos em Lisboa, e do Desembargador Ouvidor geral do Crime, e Ministros Adjuntos na America; regulando assim os tempos, como os lugares para os degredos, conforme a maior, ou menor gravidade do crime.

Pelo que mando á Meza do Desembargo do Paço, Regedor da Caza da Supplicação, Conselho da minha Real Fazenda, e do Ultramar, Meza da Consciencia, e Ordens, Senado da Camera, Junta do Comércio destes Reinos, e seus Dominios, Vice-Rey do Estado do Brasil, Governador, e Capitaens Generaes, Desembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, e Pessoas de meus Reinos, e Senhorios, a quem o conhecimento deste pertencer, que assim o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leys, ou costumes em contrario: que todos, e todas Hey por derogadas, como se de cada hum, e cada hum delles fizesse expressa, e individual menção: Valendo este Alvará como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não tenha passado; e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações do livro segundo, titulo trinta e nove, e quarenta em contrario. Registrando-se em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Leys: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos quinze de Outubro de mil setecentos e sessenta.

## R E Y.

*Francisco Xavier de Mendonça Furtado.*

**A**lvará com força de Ley, porque V. Magestade ha por bem confirmar, e declarar os Paragrafos sexto, e setimo dos Estatutos da Junta do Comércio destes Reinos, e seus Dominios: Ordenando a fórma como haõ de ser sentenciados, e castigados nos Dominios Ultramarinos os descaminhos das fazendas, e os Contrabandos, na fórma que assima se declara.

Para Vossa Magestade ver.

Fica

1-SIZE = 8529 69-1054  
17.00  
brks  
Worm  
Set 101

Fica registado este Alvará no livro, que serve do Registo delles  
pertencente á Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios a  
fol. 42. verf. do livro terceiro.

*Maximiano de Almeida Dorta.*

*Manoel Gomes de Carvalho.*

Foi publicado este Alvará com força de Ley na Chancellaria mór  
da Corte, e Reino. Lisboa, 25 de Outubro de 1760.

*Dom Sebastião Maldonado.*

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das  
Leys a fol. 143. Lisboa, 25 de Outubro de 1760

*Antonio Joseph de Moura.*

*Joseph Thomás de Sá o fez.*

Reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues.



